Vária

Contributed papers

A emigração da Ilha do Corvo. 1800-1920

Hélio Nuno Santos Soares

Soares, H. (2015), A emigração da Ilha do Corvo. 1800-1920. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 24: 167-205.

Sumário: Neste trabalho estudamos o fenómeno da emigração dos corvinos, especialmente para os EUA, durante o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX. A emigração dos corvinos permite-nos conhecer, a partir da documentação oficial, esta realidade que pertence à história de Portugal e dos Açores na qual os corvinos se inserem. Os motivos tinham que ver com as crises frumentárias, que se sucediam com alguma frequência, levando a fomes e doenças que afetavam as populações de mais parcos recursos. A emigração surgia como fuga a estas situações. Contudo, é impossível conhecer muita da informação devido à emigração clandestina.

Soares, H. (2015), The emigration of Corvo Island. 1800-1920. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 24: 167-205.

Summary: In this work we study the phenomenon of emigration from Crow Island, especially to the United States during the nineteenth century and the first two decades of the twentieth century. Emigration from Crow Island allows us to know, from the official documentation, this reality that belongs to the history of Portugal and the Azores in which the inhabitants of Crow Island fall in. The reasons had to do with the famine crises that followed with some frequency, leading to wide spread hunger and diseases that affect the populations of more scarce resources. Emigration appeared as an escape from these situations. However, it is impossible to know much of the information due to illegal immigration.

Hélio Nuno Santos Soares – pheliosoares@gmail.com.

Palavras-chave: ilha do Corvo, emigração, emigração ilegal, baleação, baleeiras.

Key-words: Corvo island, emigration, illegal emigration, whaling, whalers.

Introdução

No âmbito do Seminário – Projeto em História – ministrado pelo Doutor Carlos Rilley da Motta Faria, no 3.º Ano da Licenciatura em História na Universidade dos Açores, foi-me proposto pelo docente estudar a emigra-

ção corvina no século XIX e princípio do século XX. O tema suscitou-me grande interesse, dadas as particularidades com que se reveste aplicadas ao movimento demográfico da mais pequena ilha dos Açores.

A emigração é um fenómeno de todos os tempos. Portugal foi, nos últimos 500 anos, um país de emigrantes, com vagas sucessivas, organizadas pela Coroa ou por iniciativa particular. A ilha do Corvo, situada no extremo da Europa, foi um local de cruzamento de rotas ao longo dos tempos. Estas rotas permitiram o contato dos corvinos com o mundo. No dealbar do século XIX, a baleação americana estava em franco progresso. Foram as baleeiras americanas que proporcionaram aos corvinos a fuga daquele "torrão" de terra plantado no meio do oceano, para utilizar uma expressão das Atas Camarárias.

Neste trabalho pretende-se estudar o fenómeno da emigração dos corvinos para os EUA, durante o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX. Para uma melhor compreensão do fenómeno, faremos o seu enquadramento, relacionando-o em seguida com a baleação americana nos Açores. A relação das baleeiras com a comunidade corvina também será abordada e, finalmente, os locais onde os corvinos se instalaram no mundo que apresentam algumas das características da emigração dos corvinos.

Este trabalho baseia a sua reflexão nos documentos oficiais, nomeadamente os Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil da Horta e Atas da Câmara Municipal do Corvo.

1. Emigração Atlântica – enquadramento

O estudo da emigração é um fenómeno que se reveste de muitas características, sejam da ordem das motivações, sejam da ordem das áreas geográficas em que se efetua a deslocação de pessoas. Este fenómeno tem despertado interesse em diversos investigadores de diferentes áreas científicas. A emigração portuguesa ao longo dos séculos foi algo que caracterizou a história nacional e continua a caracterizar, apesar da sua redução nos últimos trinta anos, mas sem esquecer que nos últimos dois a três anos teve um recrudescimento. Joel Serrão definiu o emigrante como «*aquele que resolveu abandonar o País por motivos pessoais, livremente concebidos, independentemente de solicitações oficiais e, até, muitas vezes em oposição a estas*»[1].

[1] Serrão, Joel, "Conspecto histórico da emigração portuguesa", in *Análise Social.* Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Ano 8, n.º 32, 1970, p. 598.

Os Açores foram ao longo dos tempos terra de chegadas e de partidas. A própria colonização do arquipélago foi, essencialmente, obra de migrantes que do reino se deslocaram às ilhas atlânticas na procura de uma nova vida, bem como de alguns povoadores estrangeiros. O êxito no modelo de colonização do arquipélago e dos restantes arquipélagos atlânticos foi de tal forma que o modelo acabou por ser adotado, mais tarde, na organização do Brasil.

Mas, desde cedo, ainda no século XVI, deparamos com indivíduos das ilhas açorianas nas mais variadas partes do Império. A centralidade dos Açores nas rotas marítimas a isso favoreceu certamente.

Se no século XVI o fluxo emigratório era residual, tornou-se mais frequente no século seguinte, direcionado para o Brasil. Foi sobretudo para o Pará e Maranhão que, ao longo do século XVII, foram encaminhadas as gentes dos Açores. Constituíam essencialmente os chamados "casais das ilhas". Esta foi a designação adotada pela coroa para caracterizar os emigrantes/colonos ilhéus. A este grupo podemos acrescentar alguns recrutamentos militares efetuados nos Açores para defender partes do Brasil. Por exemplo, entre 1637 e 1645, assistiu-se à saída de mais de 2.600 recrutas para o Brasil. Portanto, como diz Artur Madeira, ficamos com uma ideia do contributo açoriano para o Brasil colonial[2]. Recorde-se que muitos destes homens, pelo tempo de prestação do serviço militar, superior a dois anos, acabaram por se estabelecer no Brasil, por isso não se verificou um grande movimento de retorno. Esta saída de pessoas no vigor da idade condicionava naturalmente as estruturas demográficas, tendo reflexos a curto e médio prazo na própria evolução populacional, influindo necessariamente no comportamento da natalidade e da nupcialidade das ilhas. Por outro lado influenciava o número de braços disponíveis para o trabalho agrícola.

No século XVIII a Coroa continuou a apoiar e a promover a saída de casais dos Açores para o Brasil, fenómeno que se intensificou em meados de setecentos. Os motivos oficiais eram a saturação demográfica e consequente desemprego, dado que não havia terra para todos. O certo é que as crises frumentárias sucediam-se com alguma frequência, sucedendo-se fomes e doenças que afetavam as populações de mais parcos recursos. A emigração surgia como fuga a estas situações.

A emigração de setecentos foi um movimento controlado pela Coroa,

---

[2] MADEIRA, Artur Boavida, "Emigração", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2987>.

que regulamentou a saída dos ilhéus e que disciplinou a sua fixação em território brasileiro, sobretudo nas regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul[3].

No século XIX, a emigração açoriana para o Brasil continuou a ser incentivada pela Coroa, neste período já instalada na colónia. O objetivo era encaminhar os colonos para o povoamento de novas regiões. Esta política foi interrompida pela instabilidade que se viveu após a revolução de 1820 e pelaindependência do Brasil em 1822.

Após a guerra civil de 1832/34, com a consequente reforma e divisão administrativa do reino, em que os governadores civis passaram a deter a capacidade de controlo da emigração nas suas jurisdições, coube-lhes a possibilidade de concessão de passaportes. É uma nova fase da emigração portuguesa para o Brasil à qual os açorianos não estão alheios. Artur Madeira caracteriza esta nova fase do seguinte modo: «*De uma emigração direcionada passou-se para uma emigração "livre", em que os indivíduos jogavam o seu destino em opções próprias*»[4]. A expressão do autor vai ao encontro da definição apresentada por Joel Serrão. No fundo esta característica estará sempre presente na emigração daqui em diante. Uma outra característica também apresentada pelo autor foi a saída de indivíduos isolados, de ambos os sexos, solteiros, casados e viúvos. A atração pelo Brasil devia-se à procura de melhores condições de vida. Esta melhoria era procurada neste país, porque o mesmo estava num processo de desenvolvimento económico, precisando de mão-de-obra para as plantações de café e para as obras públicas. Entre 1880 e 1888, por exemplo, esse país absorveu cerca de 85% da emigração portuguesa[5]. O ciclo do Brasil, como classifica Sacuntala Miranda, teve maior expressão na emigração açoriana a partir de 1870, prolongando-se até finais do século XIX[6].

Se olharmos para o Inquérito Parlamentar de 1873[7], ficamos com a impressão de que não havia motivos para emigrar em Portugal. Para o seu relator, Barros Cunha, não havia

---

[3] *Ibidem*.

[4] *Ibidem*. Os moldes da emigração promovida pelo Coroa serão, com as devidas diferenças, retomados com o Estado Novo, em pleno século XX, para as colónias de África, mas essa comparação não é objeto do nosso estudo.

[5] *Ibidem*.

[6] MIRANDA, Sacuntala, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930.* Lisboa, Edições Salamandra, 1999, p. 47.

[7] SERRÃO, Joel, "Conspecto histórico da emigração portuguesa", in *Análise Social.* Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Ano 8, n.º 32, 1970, p. 610.

miséria nem falta de trabalho, dado que havia falta de mão-de-obra na agricultura. Por estes motivos, para o relator, a única razão para motivar a emigração é a ambição de enriquecimento rápido. Joel Serrão classifica a explicação de simplista, indo buscar a resposta à emigração a autores como Alexandre Herculano e Orlando Ribeiro, para os quais os reduzidos salários, a ausência de investimento na agricultura, a existência de uma indústria reduzida e a pressão demográfica exercida sobre a terra eram os motivos mais que suficientes para incentivar a emigração portuguesa[8].

Uma questão muito polémica durante o segundo quartel do século XIX foi a prática do engajamento de colonos para o Brasil, fenómeno que a opinião pública portuguesa designaria de "escravatura branca". Segundo Artur Madeira, «o engajamento consistia na assinatura de um contrato com o capitão do navio pelo qual, em troca da passagem, o colono teria de trabalhar na nova terra entre 3 e 5 anos para pagar a soma despendida com a sua passagem»[9]. Não era escravatura, mas, dadas as condições de trabalho e as restrições a que estavam sujeitos os emigrantes, aproximava-se da escravatura, por este motivo se designava de "escravatura branca". A prática do engajamento também existiu nos Açores.

Uma particularidade da emigração açoriana oitocentista, nítida sobretudo no último quartel do século, é a viragem para outros destinos que não o brasileiro, nomeadamente o Hawai, na altura designava-se o arquipélago por ilhas Sandwich, e Estados Unidos. Desde os finais do século XIX e ao longo do século XX, a emigração açoriana direcionou-se quase sempre para os Estados Unidos. É o ciclo dos Estados Unidos, no dizer de Sacuntala Miranda[10]. Esta mudança de destino abrangeu primeiramente o grupo central e ocidental e só posteriormente o grupo oriental[11]. Ricardo Madruga da Costa defende que esta emigração é de caráter individual, de cariz clandestino, e motivada pela presença da frota baleeira americana[12].

---

[8] *Ibidem*, pp. 610 e 611.

[9] MADEIRA, Artur Boavida, "Emigração", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2987>.

[10] MIRANDA, Sacuntala, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930.* Lisboa, Edições Salamandra, 1999, p. 47.

[11] ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, "A emigração na sociedade açoriana: os EUA como destino", in *Galiza e Açores – A rota da América*. PENA, Alberto; MESQUITA, Mário e VICENTE Paula (Coord.). Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2002, p. 38.

[12] COSTA, Ricardo Madruga da, "A emigração do Faial para os Estados Unidos da América no século XIX", in *Galiza e Açores – A rota*

Os motivos da emigração podem ser diversos. Para Sacuntala de Miranda este fenómeno está ligado a traços estruturais das zonas de origem da emigração, as quais têm que ver com[13] a elevada densidade populacional, imobilidade do sistema de propriedade fundiária, depressão endémica da agricultura, existência de redes tradicionais de engajamento e de transporte de emigrantes e ligações de parentesco ou amizade com núcleos de emigrantes estabelecidos no país recetor.

A mesma autora realça que ao compararem-se as estatísticas oficiais entre os distritos insulares e os continentais se denota uma taxa de emigração mais elevada nas ilhas. E comparando os três distritos insulares o que mais se destaca é o de Ponta Delgada, com uma média de 24 imigrantes por cada 1000 habitantes[14]. A autora apresenta diversas razões para a elevada taxa de emigração nas ilhas: a situação geográfica das ilhas, em que a América exerce uma atração sobre as mesmas como pólo de desenvolvimento[15]; fuga às intempéries, às variações climáticas e à consequente fome e insegurança[16]; fuga ao isolamento e ao serviço militar[17].Tudo isto numa ânsia de procura de melhores condições de vida, a que se aliava uma relativa facilidade de transportes para os países de destino.

Importa realçar que a emigração açoriana deteve um cariz legal e outro clandestino. Os estudos existentes referem-se, sobretudo, à emigração legal, porque a ilegal é difícil de contabilizar. A fuga ao serviço militar obrigatório era uma das mais fortes motivações da emigração de mancebos, antes de irem ao sorteio ou mesmo antes do recenseamento. Este fator influenciou a emigração de menores, maioritariamente de forma clandestina. Assim, era frequente encontrar jovens «*nos rochedos negros das ilhas dos Açores, apenas aguardavam um sinal para se lançar à conquista do oceano*»[18]. O serviço militar era olhado como uma tragédia que se abatia sobre o jovem, em particular, e sobre a família, em geral, a quem eram retirados, um após outro, os filhos e o seu contributo para o respetivo sustento. Aos jovens recrutas estava-lhes destinada a saída da ilha e uma longa estadia em parte

---

da América. Pena, Alberto; Mesquita, Mário e Vicente Paula (Coord.). Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2002, p. 66.

[13] Miranda, Sacuntala, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930.* Lisboa, Edições Salamandra, 1999, pp. 13-14.

[14] *Ibidem*, p. 35.

[15] *Ibidem*, p. 36.

[16] *Ibidem*.

[17] *Ibidem*.

[18] *Ibidem*, p. 51.

incerta num quartel frio, com gente estranha, e sujeito a uma alimentação de má qualidade, muito diferente da gastronomia insular e do aconchego familiar. Para combater a emigração clandestina foi exigido às autoridades locais uma vigilância mais rigorosa. No ciclo do Brasil, os navios que faziam o transporte de emigrantes legais e clandestinos transportavam outra carga até aos Açores, nomeadamente contrabando, para depois levarem os novos passageiros. No caso dos emigrantes para a América, no decurso do século XIX, as baleeiras americanas foram o meio de transporte escolhido, principalmente para quem embarcava nas ilhas dos grupos central e ocidental. Somente em finais de oitocentos os grandes paquetes transatlânticos começaram a realizar viagens regulares e possuindo grande capacidade de transporte. Estes paquetes tinham duplo objetivo: transportar emigrantes para os países americanos em desenvolvimento e trazer para a Europa produtos agrícolas diversos produzidos nesses países.

Como já dito anteriormente, o nosso estudo debruçar-se-á sobre a emigração para os Estados Unidos da América. Os primeiros emigrantes açorianos a instalarem-se nos Estados Unidos da América remontam à década de vinte do século XIX, maioritariamente embarcados nas baleeiras americanas, propriedade das companhias da costa leste e mais tarde da Califórnia[19]. Eram maioritariamente homens provenientes das ilhas do Faial e Pico que se instalaram e trouxeram as famílias. Foram eles que, eventualmente, incentivaram a emigração de familiares de forma gradual. Na Califórnia, um outro núcleo chegou à procura do ouro, instalando-se, posteriormente, como proprietários agrícolas. Segundo Maria Baganha, estes dois núcleos de emigração de finais do século XIX, foram impulsionados pela preocupação económica, pela necessidade de reunião de famílias separadas, pelo desejo de estender os benefícios da emigração à restante família, pelo o anseio de regressar à terra natal e de possuir um pedaço de terra seu na mesma[20]. Todas estas razões favoreceram o aumento da deslocação de pessoas entre os Açores e a América.

---

[19] *Ibidem*, p. 90. Cf. COSTA, Ricardo Madruga da, "A emigração do Faial para os Estados Unidos da América no século XIX", in *Galiza e Açores – A rota da América*. PENA, Alberto; MESQUITA, Mário e VICENTE Paula (Coord.). Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2002, p. 66.

[20] *Ibidem*, p. 92.

2. A baleação americana nos Açores

A baleação americana teve um grande desenvolvimento no século XVIII, o que permitiu aos baleeiros americanos aventurarem-se em viagens cada vez mais longínquas. Nestas viagens de longa distância chegaram aos Açores. Os primeiros contatos destes navios de caça à baleia com as populações açorianas ocorreram, sensivelmente, em 1765[21]. As capturas de cachalotes eram tão produtivas nesta região, a que os baleeiros da Nova Inglaterra chamavam *Western Islands Grounds*, que continuaram a frequentar o arquipélago cada vez em maior número. Com pequenas embarcações enfrentavam o mar e os enormes cetáceos. Posteriormente começaram a utilizar os brigues, escunas e barcas de três mastros e 350 a 450 toneladas, ou mais, com cerca de 40 tripulantes, transportando 4 a 6 botes baleeiros e possuindo instalações a bordo para derreter o toucinho em grandes caldeiros. Eram autênticas fábricas flutuantes. As áreas de pesca foram sucessivamente alargando, passando de viagens de algumas semanas a campanhas de 3 e 4 anos. No ano de 1768, cerca de 70 navios baleeiros, armando cerca de 200 botes, frequentaram os mares dos Açores e os seus portos[22], o que é revelador da importância da baleação americana nas ilhas em pleno século XVIII.

O número de navios baleeiros nos Açores em cada Verão foi aumentando. Vejamos o caso da ilha das Flores, que em 1811, dos 37 navios entrados nos seus portos, 9 eram embarcações baleeiras americanas provenientes de Nuntucket[23]. Francisco Gomes comprova-nos a presença de navios baleeiros nas Flores em 1806 e 1807, dando conta de transações efetuadas para o seu abastecimento[24]. Francisco Medeiros, ao citar Marcelino de Lima, informa-nos que no ano de 1866, dos 327 navios entrados no Faial, 104 eram navios baleeiros[25]. Com a frequência das baleeiras em tão grande número no mar dos Açores é natural que se procurassem tripulações nestas ilhas, principalmente a partir da década de vinte. A caça à baleia atingiu o seu apogeu, por parte da frota americana, entre o final da

[21] Medeiros, Francisco, "Baleação Americana", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, 2000. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5517>.

[22] *Ibidem*.

[23] *Ibidem*.

[24] Gomes, Francisco, *A Ilha das Flores: da redescoberta à actualidade (subsídios para a sua História)*. Lajes das Flores, Câmara Municipal das Lajes das Flores, 1997, p. 207, e documentos n.º 111.

[25] *Ibidem*.

guerra de 1812 e a guerra de secessão americana (1860-1865), foi a chamada "época de ouro", em que o porto de New Bedford ocupou uma posição importante.

A aguada ou refresco era uma prática necessária a qualquer navio que passasse semanas no mar sem avistar terra. Assim, a aquisição de água e de produtos frescos fazia-se com normalidade ao avistar-se as primeiras ilhas açorianas, Flores e Corvo[26]. Aqui forneciam-se os produtos agrícolas necessários à alimentação. Eventualmente alguma reparação mais urgente. A importância desta escala foi reconhecida com a criação de uma agência consular americana em Santa Cruz das Flores. A cidade da Horta com a sua baía tornou-se o porto de abrigo por excelência. A abertura do posto consular em 1806, sendo o seu cônsul o americano John Bass Dabney. O seu filho, Charles William Dabney, sucedeu-lhe no cargo em 1826, rapidamente adotou uma política de apoio à logística da frota baleeira, criando uma firma que fornecia todo tipo de bens e serviços a par de uma hospitalidade reconhecida. Este apoio foi reconhecido pelas frequências de escalas ao porto da Horta, que no ano de 1841 atingem a cifra de 180 navios baleeiros[27]. Verificamos que a presença de baleeiras no mar dos Açores foi aumentando gradualmente ao longo dos anos.

O arranque da emigração açoriana para os Estados Unidos da América está intimamente associada à baleação americana, bem como à sua presença no mar dos Açores[28]. Estas embarcações necessitavam de tripulantes, o que, num período de expansão como aquele que a indústria baleeira americana estava a viver, requeria uma maior procura. Os navios partiam dos portos americanos com as tripulações incompletas, com a intenção de as completarem nas ilhas[29]. Para os açorianos a frequência nas costas das ilhas de tão grande número de navios era algo estimulante. Ricardo Madruga da Costa tece o seguinte comentário acerca dos açorianos que se aventuraram a embarcar nas baleeiras:

> Haverá que enaltecer a fortaleza de espírito desta gente de forte têmpera, devolvendo ao baleeiro açoriano em particular, que fez desse embarque aventuroso a bordo de

[26] Costa, Ricardo Manuel Madruga da, *A ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no "século Dabney"*. Horta, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores; Observatório do Mar dos Açores; Fábrica da Baleia de Porto Pim, 2012, p. 75.

[27] *Ibidem*, p. 62.

[28] *Ibidem*, p. 28.

[29] *Ibidem*, p. 124.

> centenas de navios passaporte para alcançar o seu sustento e esperança de desafogo, dignidade do seu carácter e da sua coragem física e moral[30].

Quem embarcava nas baleeiras americanas? É a pergunta que podemos formular. A resposta é simples, eram maioritariamente jovens. Porque embarcavam? É a segunda pergunta. Estes jovens viviam num ambiente saturado pela exploração agrária, em que cada palmo de terra era disputado por uma densidade populacional relativamente alta, assim os recursos eram escassos. Consumiam as suas forças no amanho da terra, das vinhas, no pastoreio dos animais. Gente de fé, dado que era a única esperança a que se podiam agarrar, conformada, numa simplicidade iletrada, em que o único objetivo era sobreviver e colocar comida diariamente na mesa para toda a família, mesmo que esta fosse igual à do dia anterior e do dia seguinte. A tudo isto se acrescia a carga fiscal a que estavam sujeitos, em que a estrutura fundiária das ilhas era diversa, mas, na generalidade, a maioria da população não detinha nem o chão do casebre onde habitava.
O recrutamento militar era outro flagelo que vai marcar todo o século XIX e início do século XX. Nas primeiras duas décadas, a Coroa exigia, sistematicamente, levas de recrutas açorianos para o Brasil, estipulando o número a enviar[31]. Por exemplo no ano de 1809 solicitava-se um contingente de 3.000 recrutas. Estes números, certamente não eram satisfeitos, como o autor bem explica. É notório o embaraço das autoridades em satisfazer as exigências da Coroa. Todavia, o autor avança com uma estimativa imprecisa de contributo dos Açores face aos pedidos da Coroa, em que estima uma mobilização na ordem dos 4.000 a 5.000 jovens. Esta situação tornou-se dramática, porque os jovens partiam na incerteza do regresso, que era o mais provável! Separavam-se famílias, privavam-se de braços para a agricultura, comércio e ofícios. Temos assim um efeito desagregador de famílias e comunidades inteiras. O recrutamento abrandaria durante o restante século, mas manter-se-iam a memória deste período e o horror ao serviço militar.
Os fatores económico e militar foram, provavelmente, os que mais influenciaram a saída de jovens das ilhas.
Entrar numa baleeira era um ato de desespero e coragem. Desespero pela situação que se vivia nas ilhas; coragem porque se atiravam os jovens

---

[30] *Ibidem*.

[31] COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, *Os Açores em finais do regime da Capitania-Geral (1800-1820)*. Horta, Núcleo Cultural da Horta/Câmara Municipal da Horta, 2005, pp. 199-203.

para um futuro incerto. Uma capacidade de sacrifício de abandonar a família que, apesar das dificuldades, detinha a proteção familiar e da sua comunidade natal. O jovem lançava-se num mar imenso cheio de perigos, em campanhas que duravam 3 e 4 anos, em locais distintos e longínquos, desde a Terra Nova ao Pacífico, onde a morte espreitava a qualquer momento, no seio de um grupo estranho que falava uma língua desconhecida. As condições a bordo eram extremamente rigorosas, trabalho, alojamento, alimentação e disciplina. É conhecida a violência que os capitães das baleiras exerciam sobre os tripulantes. O que também levava à deserção quando aportavam a um qualquer porto. O preço da passagem podia ser o ficar ao serviço durante uma campanha. Esta podia durar no máximo 4 anos. Se assim ocorria, podemos dizer que o tripulante era explorado no seu trabalho. O normal do pagamento aos tripulantes era acordado entre o armador, o comandante e oficiais, nomeadamente a percentagem do produto da campanha, em que cada um recebia de acordo com a sua categoria a bordo, a chamada *lay*, o que se designa por soldada[32].

Recordemos que muitas destas partidas eram feitas clandestinamente, "de salto", ou seja às escondidas das autoridades locais, prática que mereceu muitos reparos e medidas repressivas por parte das autoridades. Porque somente havia duas formas de sair para o estrangeiro: uma era seguir os trâmites legais e adquirir passaporte; a outra era obter um conjunto de várias cumplicidades, embarcando de forma clandestina nas baleeiras e posteriormente nos navios que transportavam passageiros, nomeadamente para os Estados Unidos da América.

3. Os corvinos e as Baleeiras

Como tivemos oportunidade de demonstrar no ponto anterior, a baleação americana foi muito ativa no mar dos Açores. As ilhas das Flores e Corvo eram o primeiro contato estabelecido após algumas semanas de viagem a partir dos portos da costa leste dos Estados Unidos da América. Mas também podemos observar que eram a última paragem depois de saírem dos Açores rumo aos portos

[32] Costa, Ricardo Manuel Madruga da, *A ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no "século Dabney"*. Horta, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores; Observatório do Mar dos Açores; Fábrica da Baleia de Porto Pim, 2012, p. 107.

americanos, já com os porões cheios. Fazendo com que estas duas ilhas fossem regularmente visitadas por estes navios no início e no fim de cada campanha. As transações efetuadas serviam para completar a pouca riqueza gerada nas ilhas. A venda ou troca de produtos eram uma necessidade. As baleeiras também ficaram famosas por favorecerem o contrabando de tabaco[33]. Se temos notícia de o praticarem nas ilhas do grupo central, certamente também o fariam nestas duas ilhas. O que aumentava os motivos dos contatos com as populações, predominantemente em locais mais recônditos.

A atividade desenvolvida pelas baleeiras americanas e a sua consequente rentabilidade não passou despercebida às gentes da mais pequena ilha. Seguindo as informações de Francisco Gomes, a vizinha ilha das Flores deteve os primeiros botes baleeiros em 1856, importados dos Estados Unidos da América, sendo arpoada pelos mesmos a primeira baleia quatro anos depois[34].Esta indústria entrou em franco crescimento na ilha das Flores, levando as diferentes sociedades constituídas a criarem postos baleeiros em diferentes locais, um dos quais no Corvo, o qual já existia em 1864[35]. Não sabemos quando foi adquirido o primeiro bote baleeiro para o Corvo, todavia já em 1874, foi noticiado que as lanchas do Corvo apanharam uma baleia, e que no final desse ano foram às Flores fornecer-se de caldeiras[36]. Segundo a imprensa da época, no ano de 1878, foi criada na ilha uma sociedade baleeira, que tinha por objetivo reverter uma das soldadas, em partes iguais, a favor da Igreja Matriz do Corvo e do Hospital das Flores[37]. No período de 1903-1905 a frota baleeira do Corvo era constituída por seis botes: duas de Joaquim Augusto Bicho Flores, natural da ilha das Flores, duas de António José da Rocha e duas de Joaquim Pedro Lopes[38]. No ano de 1918, a firma *Maurício António Fraga & C.ª Lda.* adquiriu três botes baleiros no Corvo, os quais fizeram viagem para o porto das Lajes a 24 de Julho do mesmo ano[39]. Podemos depreender que os corvinos desde meados do

---

[33] *Ibidem*, p. 121 e ss.

[34] Gomes, Francisco, *A Ilha das Flores: da redescoberta à actualidade (subsídios para a sua História)*. Lajes das Flores, Câmara Municipal das Lajes das Flores, 1997, p. 652.

[35] *Ibidem*, p. 661.

[36] *Ibidem*, p. 658.

[37] *Ibidem*.

[38] *Ibidem*, p. 663.

[39] *Ibidem*, p. 664. Cf. Bragaglia, Pierluigui, "Maurício António Fraga & C.ª Lda", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. <URL:http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8133>.

século XIX se dedicaram a esta atividade a partir da sua ilha, mesmo sem infraestruturas que possibilitassem o devido apoio.

Os corvinos não foram exceção à regra na odisseia da emigração clandestina na frota baleeira América de oitocentos e início do século XX. Seguir os trâmites legais era algo difícil. Para o fazerem tinham de se deslocar às capitais de Distrito, sendo a mais próxima a cidade da Horta, capital do Distrito do mesmo nome à qual pertencia a ilha do Corvo. As ligações não eram regulares. Uma deslocação à Horta implicava uma permanência incerta nesta cidade, que podia levar semanas ou meses, conforme as circunstâncias. Portanto estas dificuldades eram dissuasivas do cumprimento da via legal. Todavia em data anterior a 1891, o administrador do Concelho de Santa Cruz das Flores, na qualidade de representante do poder central, nomeado pelo governador civil, tinha competência de emitir passaportes[40]. Neste período também existiu uma agênciaconsular americana em Santa Cruz das Flores, na dependência da representação consular americana na Horta. Uma deslocação à vizinha ilha das Flores tornava-se mais acessível aos corvinos. Durante o século XIX a população da ilha continuou a aumentar. Em 1842 a ilha contava com 800 habitantes e 190 fogos e em 1871 atinge o máximo da população da sua história, com 887 habitantes[41]. Apesar da estrutura agrária da ilha se ter alterado totalmente com o liberalismo, a ilha sofria uma exploração intensiva para satisfazer as necessidades alimentares da sua população. A pressão sobre um território de 17 km^2 é enorme, de modo a produzir o necessário à sobrevivência dos seus habitantes. A agrura dos corvinos é expressa na representação da Câmara do Corvo ao Rei D. Carlos, em 1903, sobre os transportes marítimos:

> Os corvinos, Senhor! Não tem a mínima culpa de ser pequeníssimo o humilde penhasco que habitam no meio da amplidão

[40] VIEIRA, Luís Filipe Nóia Gomes, *Concelho de Santa Cruz das Flores (1890-1920) – Entre a estagnação e o progresso.* Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Edição fac-similada, 2012, p. 134. O primeiro livro de registo de emissão de passaportes pela administração do Concelho de Santa Cruz das Flores encontra-se desaparecido, somente existe em arquivo o livro n.º 3, com início em 1 de Julho de 1891 e termino em 27 de Julho de 1901. Podendo-se especular a existência de um livro por década obteremos o início desta competência do Administrador do Concelho de Santa Cruz na década de setenta de oitocentos.

[41] SARAMAGO, João, "Breve notícia histórica sobre a ilha do Corvo", in *Vila Nova do Corvo – inventário do Património imóvel dos Açores.* Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 2001, p. 15.

> dos mares; e muito menos ainda lhes pode ser imputada a sua diminuta importância comercial, que está, em relação com o numero de habitantes deste pequeno cabeço que muitas vezes, como no anno próximo findo, não produz o suficiente para a parca alimentação de seus infelizes habitantes; o que os obriga a imigrar e a procurar regiões mais férteis e mais hospitaleiras[42].

O isolamento da ilha era notório, com a ausência de transportes regulares, e os que havia tornavam-se verdadeiramente desconfortáveis[43]. Somente a necessidade ou verdadeira curiosidade se impunham a um espírito mais aventureiro. Os diferentes visitantes da ilha, que registaram as suas impressões, dão-nos um imaginário de ilha isolada e pobre. O motivo fundamental para este isolamento dentro do próprio arquipélago foi a ausência de comunicações regulares. Por outro lado, a ilha estava fora das rotas comerciais da época. Perdeu a sua importância geoestratégica do Antigo Regime.

Os irmãos Bullar visitaram a ilha do Corvo em Abril de 1839. Confirmam-nos o trabalho árduo necessário à sobrevivência na ilha: «*são os corvinos um povo laborioso, quase só entregue aos próprios recursos*»[44]. O contato com as baleeiras americanas permitia as transações e também o quebrar da monotonia da vida da ilha. Se recordamos a importância dada ao "dia de S. Vapor" no decurso do século XX, certamente veremos a importância atribuída às chegadas dos navios baleeiros ao Corvo no século XIX, já que eram uma porta de comunicação com o exterior. Também neste campo os irmãos Bullar são nossas testemunhas: «*de vez em quando aportam ao Corvo navios baleeiros americanos para se abastecerem*»[45]. Comunicar com os baleeiros não devia ser fácil, devido à língua, mas o contato sistemático com as tripulações e a emigração nas mesmas favoreceu a aprendizagem da língua inglesa. Continuando a servirmo-nos do relato dos irmãos Bullar, ficamos a saber que o padre João Inácio Lopes sabia «*algumas palavras de inglês*»[46]. Para um homem que, provavelmente, pouco viajou e passou a vida nesta

---

[42] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 19/4/1902 a 29/5/1905, fl. 35, sessão de 27/6/1903.

[43] Cf. SOARES, Hélio Nuno Santos, *O Corvo e os transportes marítimos – 1832 a 1984.* Trabalho realizado para a disciplina de História das Revoluções, ministrada pelo Doutor Carlos Rilley Faria, Licenciatura em História, no ano letivo de 2012/13.

[44] BULLAR, Josefh e Henry, *Um Inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*. Tradução do Inglês por João Hicckling Anglin. 2.ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986, p. 251.

[45] *Ibidem*.

[46] *Ibidem, p. 256.*

pequena ilha, somente a necessidade de comunicar com pessoas que falavam inglês o obrigava a aprender essa língua. Mas como o velho padre não falava fluentemente chamou «*dois homens idóneos, que conheciam mais alguma coisa da nossa língua, para que combinássemos com estes os preparativos para uma subida à montanha na manhã seguinte*»[47]. Interessa aqui tentar encontrar explicação para que estes dois indivíduos soubessem falar inglês. Duas hipóteses se nos afiguram, a primeira, na qual os indivíduos realizaram a aprendizagem nos contatos comerciais com as tripulações, mas seriam contatos pontuais que permitiam um contato rápido e elementar; a segunda, e mais plausível, é a probabilidade de estes dois indivíduos terem embarcado numa baleeira americana, realizado uma campanha, eventualmente terem desembarcado e permanecido em território americano. Na nossa opinião será esta hipótese a mais viável, comprovando que desde cedo os corvinos embarcavam nos navios baleeiros americanos com destino aos Estados Unidos da América.

Nome	Idade	Ano	Destino	Declarante
José[48]	12	1869	Reino estrangeiro	Joaquim Coelho Rodrigues
António[49]	13	1869	Reino estrangeiro	Joaquim José Rodrigues
Manoel[50]	12	1869	Reino estrangeiro	Manoel José Pimentel
João[51]	12	1870	Reino estrangeiro	Manoel Coelho das Pedras
José[52]	11	1870	Reino estrangeiro	António de Fraga Patrão
Manoel[53]	8	1870	Reino estrangeiro	António Coelho Aujolla
Guilherme[54]	12	1872	Estados Unidos da América	Joaquim José Rodrigues
Manoel[55]	12	1875	?	Maria de Jesus Abreu
Manuel[56]	11	1879	?	Manoel José d'AvellarJeronimo

FONTE: *Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1868-1880).*

[47] *Ibidem*.

[48] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 9/6/1868 a 5/2/1880, fl. 9v, sessão camarária de 4/9/1869.

[49] *Ibidem,* fl. 10v e ss. sessão camarária de 11/9/1869.

[50] *Ibidem*, fl. 14, sessão camarária de 16/10/1869.

[51] *Ibidem*, fl. 19, sessão camarária de 11/10/1870.

[52] *Ibidem*, fl. 20, sessão camarária de 15/10/1870.

[53] *Ibidem,* fl. 21, sessão camarária de 20/10/1870.

[54] *Ibidem*, fl. 26, sessão camarária de 12/9/1870.

[55] *Ibidem*, fl. 34v, sessão camarária de 5/12/1875.

[56] *Ibidem*, fl. 54v, sessão camarária de 7/12/1879.

Outro dos aspetos que incentivava à emigração, como já referimos, era o recrutamento militar. O qual estimulava a emigração de muitos jovens. O pavor ao recrutamento tornou-se tão elevado que os pais preferiam embarcar os filhos numa baleeira ou noutro navio que passasse rumo à América, do que a sujeitar os filhos a este drama. As idades com que estas crianças são embarcadas a um futuro incerto não deixa de ser impressionante. O quadro que se apresenta na página anterior, tendo como fonte as Atas da Câmara Municipal do Corvo, dá-nos uma ideia desta realidade no século XIX.

A média de idades das crianças que embarcavam é de 11,5 anos de idade. Seis dos embarques ocorreram nos anos de 1869 e 1870, respetivamente, três em cada ano. Nos restantes três anos, simplesmente embarcou uma criança. Verifica-se o embarque de uma criança de 8 anos, o que é verdadeiramente extraordinário é como os pais tinham a coragem de incentivar a uma viagem destas. Quanto ao destino, verifica-se que seis embarcam para Reino estrangeiro, o que se torna algo imprecisa a informação. Contudo, a julgar pelas correntes emigratórias deste período poderíamos aviltar que se trata do Brasil. Por outro lado, no caso de Guilherme, em 1872, temos a seguinte informação: «*embarcou no dia does do corente mês para Reinos Estrangeiros Estados Unidos da América tendo apenas treze anos de idade*»[57]. Esta informação demonstra a ignorância sobre o sistema político americano, mas precisa o destino.

Recorrendo aos livros de registo de passaportes do Governo Civil da Horta, contatamos que, por esta via, saíram quatro jovens corvinos menores. Dois com 16 anos, respetivamente em 1900 e 1920, um com 13 anos em 1917, e um com 9 anos no ano de 1911. Pela listagem de passageiros (cf. Anexo I) aferimos que na mesma viagem seguiram outros corvinos, logo não foram abandonados à sua sorte, como os do século XIX. Em 1905, uma representação conjunta de diversas Câmaras dos Açores foi dirigida à Câmara dos Senhores Deputados a pedir alterações na legislação sobre o recrutamento e sobre a emigração, atendendo a um pedido da Câmara de Velas e Calheta da ilha de S. Jorge. Nesta representação a Câmara do Corvo exorta a modificação das leis sobre a emigração e o recrutamento militar.

> Ora é enegável que a emigração Açoreana é excessiva, e é igualmente inegável que, apezar de todos os meios até agora empregados para a reprimir, ella recrudesse e augmenta cada vez mais. (…) cada pedra das nossas costas é um caes d'embarque a

[57] *Ibidem*, fl. 26, sessão camarária de 12/9/1870.

> facilitar esta emigração (…). Inútil toda a repressão de emigração, torna igualmente errisorio o vigor das leis militares, despovoa estas ilhas, e prepara-nos num futuro talvez não muito remoto a anexação do archipellago, á bandeira estrelada; facto que dificilmente se poderá evitar: quando todos ou quazi todos os habitantes d'estas ilhas forem súbditos dos Estados Unidos da América (…). Vem rogar-lhes se sirvam modificar a legislação actual[58] (cf. Anexo III).

O pavor ao recrutamento era uma realidade, mas do ponto de vista da maturidade um jovem entre os 18 e os 25 anos conseguia enfrentar melhor uma situação de separação e afastamento do que uma criança entre os 8 e os 13 anos. Ser privado do aconchego familiar numa idade tão precoce é traumatizante, como bem sabemos. Vázquez de Acuna a este respeito faz a seguinte descrição a respeito da partida do corvino Carlos Nascimento:

> Desde aquele cone vulcânico, achatado no decurso de milénios, zarpara Carlos rumo a New Bedford. Uma pena surda invadia-o, chorando para dentro na despedida dos seus que supunha, sem se enganar, que nunca mais voltaria a ver. E, enquanto o vento inchava as velas e a sua ilha se ia afastando cada vez mais no horizonte, até se tornar num ponto para depois desaparecer, quase com certeza que, sem que ninguém o visse, terá começado a chorar. Deve ter sentido o desamparo que outros já também sentiram ao deixar de repente de serem crianças e se tornarem homens, levando só, como um amuleto contra o mal, a bênção dos pais[59].

As atas simplesmente nos falam das crianças embarcadas, que eram declaradas na Câmara de modo a que o seu nome fosse retirado da lista de recenseamento militar. Os mesmos documentos são omissos, de forma direta, quanto à partida de jovens clandestinamente. Mas a expressão «*cada pedra das nossas costas é um caes d'embarque a facilitar esta emigração*»[60] é elucidativa desta realidade. Em 1911, após a mudança de regime, o trauma do recrutamento continua, por esse motivo a Câmara do Corvo solicita ao Ministro da Guerra para que tome medidas de modo a evitar a emigração:

> Afastado do convívio social e reduzido exclusivamente ao amanho de suas terras e culturas de suas searas; teem uma repugnância, diremos melhor, teem um horror tal ao serviço militar, que, apesar da alegria com que receberam a noticia da Implantação da República e da confiança com

---

[58] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 19/4/1902 a 29/4/1905, fl. 98v e ss., sessão de 29/4/1905.

[59] Postigo, Váquez de Acuna Marquês Garcia del, *O Corvino Carlos G. Nascimento*. Trad. por Manuel del Pino Morgádez e Vítor Manuel Gomes dos Santos, s/l, DRC, 2004, p. 40.

[60] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 19/4/1902 a 29/4/1905, fl. 98v e ss., sessão de 29/4/1905.

> que d'Esta esperamos benefícios que até hoje lhes teem negado os governantes transactos, quasi desfalhecem ao imaginar que seus filhos terão de ir aguardar em um quartel militar, o toque do clarim para marchar ás horrorosas inventualidades de uma guerra[61] (cf. Anexo IV).

Partiam rumo a um destino desconhecido, com a obrigação de pagar a passagem servindo numa campanha baleeira de vários anos. Uma verdadeira exploração a que estavam sujeitos por parte dos capitães e armadores.

Foi a bordo destes navios que os corvinos, segundo a tradição oral, aprenderam a fazer as famosas barretas do Corvo, transmitindo a técnica no regresso à ilha[62]. Para Francisco Medeiros, estes emigrantes que seguiam a bordo das baleeiras«foram a guarda avançada de muitos outros emigrantes que se lhes seguiram»[63]. São eles que ao desembarcarem num porto dos Estados Unidos da América, do Brasil ou do Chile prepararam a ida de familiares no futuro. O caso que seguir apresentamos transmite-nos essa ideia.

Na biografia de Carlos George Nascimento é-nos relatado o testemunho de uma odisseia familiar, que a família viveu na emigração de oitocentos numa clara relação com a baleação[64]. Carlos G. Nascimento nasceu em 1885 na ilha do Corvo, sendo o mais novo de onze irmãos. Filho de Carlos Lourenço George e Maria de Jesus Nascimento. O pai era pescador e baleeiro, ausentando-se por longas temporadas, por vezes por longos anos. O avô George Jousef Lourenço já fora baleeiro algures nas décadas de vinte e trinta do mesmo século[65]. O irmão mais velho partiu numa baleeira para New Bedford, dedicando-se à caça da baleia, o mesmo aconteceu com outro irmão que apanhou boleia numa baleeira, mas não se dedicou a este ofício, indo instalar-se em S. Francisco, onde montou um estabelecimento hoteleiro, seguindo as pisadas de uns tios paternos. Foi seguido pelos demais irmãos. O irmão Francisco foi estudar para o Semi-

---

[61] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 29/10/2010 a 28/12/1912, fl. 10v e ss., sessão de 24/12/1010.

[62] Cf. Soares, Hélio Nuno Santos Soares, *Da tosquia das ovelhas às coberturas de cabeça na ilha do Corvo – Açores.* Universidade dos Açores, Trabalho elaborado para a disciplina de Antropologia Cultural dos Açores, ministrada pelo Doutor Rui Martins, ano letivo de 2012/13.

[63] Medeiros, Francisco, "Baleação Americana", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, 2000. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5517>.

[64] Postigo, Váquez de Acuna Marquês Garcia del, *O Corvino Carlos G. Nascimento*. Trad. por Manuel del Pino Morgádez e Vítor Manuel Gomes dos Santos, s/l, DRC, 2004, pp. 11 a 19.

[65] *Ibidem*, p. 28.

nário de Angra, seguindo para New Bedford onde o pai tinha amigos, tornando-se pároco da comunidade portuguesa[66]. Juan do Nascimento, tio materno de Carlos George Nascimento, também embarcou numa baleeira e seguiu para o Chile, instalando-se na cidade de Santiago, tornando-se livreiro. Carlos George do Nascimento imigrou para o Chile, chamado pelo tio materno e autorizado pelo pai, que tinha boa imagem do país, seguiu para o destino sul-americano, em 1905[67]. Embarcou numa baleeira cujo piloto era amigo do pai rumo a New Bedford, onde o irmão Francisco, sacerdote, o aguardava[68], atravessou o país rumo a S. Francisco de comboio[69]. Nesta cidade encontrou os irmãos mais velhos e outros parentes, permanecendo cerca de dois meses com eles, para depois embarcar rumo ao Chile em meados de Novembro[70]. Também temos a notícia de um tal de José Fraga que tinha um armazém de revenda na cidade de Concepción, no Chile, que é apresentado como exemplo de sucesso[71]. O testemunho apresentado relata-nos três gerações de emigrantes da mesma família, que sentiram a necessidade de melhorar a sua condição partindo nas baleeiras americanas rumo a um novo destino, numa clara diferença entre as duas primeiras, em que emigravam para regressar à ilha, deixando mulher e filhos atrás. A terceira geração emigrou para não mais regressar à ilha. Verificamos a importância dos laços familiares que foram mantidos, permitindo o apoio aos que ficaram e desejaram partir com o intuito de se estabelecerem no país recetor. Outro caso é o filho de João Lourenço Innocencio, este informou a Câmara do Corvo, para efeitos de recrutamento, que o seu filho Manuel, de 13 anos, tinha partido para Califórnia na companhia do tio António Lourenço Brizida[72].

Outro dos aspetos que sobressaem nesta odisseia familiar é a utilidade dos contatos e amizades estabelecidos pela geração precedente, neste caso o pai de Carlos George Nascimento, que lhe permitiu ir à boleia numa baleeira sem ter de pagar a passagem. Não esqueçamos que nesta época a navegação transatlântica a vapor já fazia viagens regulares, mesmo assim a opção foi enviar o filho com os velhos amigos e conhecidos.

A presença de baleeiras não estava isenta de perigos. As intempéries eram frequentes, mesmo nos meses

[66] *Ibidem*, p. 18.
[67] *Ibidem*, pp. 34 e 39.
[68] *Ibidem*, p. 39.
[69] *Ibidem*, p. 51.
[70] *Ibidem*, p. 58-59.
[71] *Ibidem*, p. 32.
[72] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 16/10/1898 a 4/8/1900, fl. 19, sessão de 13/5/1899.

de verão. Nas ilhas não existiam portos abrigados, havia baías e ancoradouros, mas que estavam dependentes dos quadrantes do vento para determinar se os navios podiam abrigar-se nelas. O navegar à vista de terra também acartava riscos. Em 1845, na época de caça à baleia, baleeira *Charles & Therry* naufragou nas costas do Corvo, conseguindo a tripulação salvar-se[73]. Os naufrágios nas imediações do Corvo eram uma fonte de madeira e bens, numa ilha que carecia de vegetação.

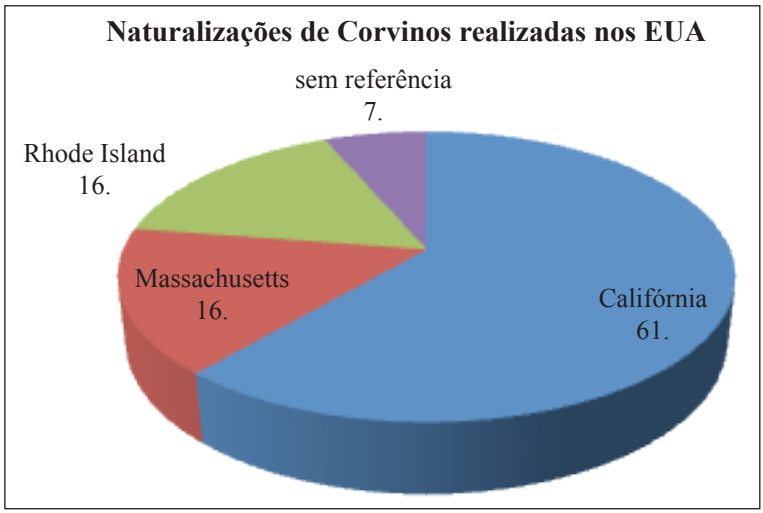
4. Os destinos dos Corvinos na América

Ao perscrutarmos alguns dos documentos oficiais, como os livros de registo de passaportes, com os respetivos processos, e as atas da Câmara do Corvo reparamos que o destino final nem sempre é apresentado, particularmente a cidade de destino, para não falarmos no grosso da emigração clandestina que nem é mencionada. Mas ao consultarmos o Livro de atas da Câmara Municipal do Corvo de 7/3/1908 a 22/10/1910, deparamo-nos com uma informação curiosa, que temos de agradecer ao secretário da Câmara da época por a ter incluído, os chamados pedidos de desnaturalização portuguesa solicitados para muitos jovens corvinos, cujos pais detinham cidadania americana. Assim, a obtenção de naturalização americana obtinha-se pelo facto de uns dos pais ser cidadão americano. O referido secretário da Câmara incluiu a referência ao ano e cidade onde o pai se naturalizou cidadão americano. No Anexo II coloca-se a referida listagem e analisamos o gráfico da página seguinte.

A emigração de corvinos teve como destino principal os EUA, embora, como já referimos tenha tido outros destinos. No que se refere aos EUA, no período em que se compreende a informação disponibilizada, que tem como balizas 1865 e 1903, salvaguardando-se que são meras referências, com uma margem de erro muito grande, porque estes dados são uma amostra.

Verificamos que 61% dos corvinos efetuou a sua naturalização americana no Estado da Califórnia, com particular incidência na cidade de S. Francisco. Embora haja processos tratados

[73] Costa, Ricardo Manuel Madruga da, *A ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no "Século Dabney"*. Horta, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores; Observatório do Mar dos Açores; Fábrica da Baleia de Porto Pim, 2012, p. 127.



FONTE: *Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo* de 7/3/1908 a 22/10/1910.

nos condados de Merced, Stanislaus, Northern District, San Mateo e Contra Costa. Todos nas imediações de S. Francisco, embora Merced já seja no interior do Estado da Califórnia e numa zona predominantemente rural. O que nos leva a pensar que a comunidade portuguesa teve, neste local, ocupações de carácter agrícola. Para as cidades do litoral, a ocupação inicial foi, certamente, na caça à baleia e na pesca. Numa fase posterior as ocupações diversificaram-se. Os processos de naturalização realizados no Estado de Rhode Island e Massachusetts correspondem a 32%, estando cada qual com 16%. As cidades onde os processos foram tratados foram Boston e Providence, capitais dos referidos Estados. Mais uma vez as ocupações profissionais foram a baleação e outros serviços.

Não deixa de ser digno de nota a atração que o oeste dos EUA exerceu sobre os corvinos emigrados de oitocentos. Chegar do Corvo a S. Francisco levava meses num barco à vela, sem esquecer que em caso de campanha de baleação, a duração do percurso ficava em anos. Também podemos alvitrar a possibilidade de os corvinos se deslocarem até aos portos da costa leste e fazerem a aventura de atravessar o país de costa a costa. Em finais do século XIX, os Estados Unidos possuíam uma rede de caminhos-de-ferro que ligavam o país da costa leste à costa oeste. Provavelmente, os corvinos, à imagem de Carlos George Nascimento no ano de 1905, utilizaram

este meio de transporte para alcançarem os seus objetivos finais, onde se queriam fixar. A Corrida do ouro na Califórnia (1848-1855) começou em 24 de janeiro de 1848, quando foi encontrado ouro em Sutter's Mill. A cidade de S. Francisco transformou-se de um diminuto lugar, construído em torno da missão franciscana, numa cidade próspera, com estradas, igrejas, escolas e outras cidades foram construídas ao seu redor. O Estado da Califórnia foi dotado com um sistema de leis e um governo próprio, levando à admissão da Califórnia como Estado norte-americano em 1850. Esta prosperidade manteve-se, e a Califórnia como o expoente do "sonho americano". A emigração é sempre motivada por uma dimensão individual e coletiva, aqui vemos o coletivo a influenciar a decisão e a atração dos corvinos pela Califórnia, posicionando-se em torno da cidade que era o paradigma do progresso americano.

5. As características da emigração corvina nos documentos oficiais

A emigração legal corvina tem as suas características próprias. Os corvinos integram-se nos grandes fluxos emigratórios de oitocentos e novecentos. As fontes documentais deste estudo são os Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil da Horta (cf. Anexo I) e as Atas da Câmara Municipal do Corvo (cf. Anexo II).

Antes de iniciarmos a nossa análise, queremos apresentar dois casos isolados de emigração para o Chile: uma mulher solteira de 28 anos, que parte em 1897 e um jovem de 13 anos, em 1917. Ambos embarcam, provavelmente, via Lisboa, onde fariam outro transbordo rumo ao distante Chile, certamente numa longa viagem, com algum conforto proporcionado pela navegação a vapor. Daí a necessidade de obtenção de passaporte. A explicação para os dois casos terá que ver com as ligações familiares já existentes.

5.1. Emigração para o Brasil

Como tivemos oportunidade de ver no ponto anterior, a emigração para os EUA foi sempre expressiva ao longo do século XIX. Mas os corvinos integraram-se no chamado ciclo do Brasil, mantendo uma emigração mais ou menos constante para esse destino, embora não o possamos comprovar, do ponto de vista documental, com números. A observação dos Livros de registo de Passaporte do Governo Civil da Horta no período de 1890 a 1920 lança algumas luzes sobre este destino. Entre 1896 e 1902 emigra-

ram 23 pessoas legalmente. Há uma emigração de quatro famílias:

Casal com três filhos menores
Casal com uma filha menor
Mãe com dois filhos menores
Casal com quatro filhos menores e irmão da esposa

A emigração de famílias é uma nova característica das migrações de finais do século XIX. A mãe com dois filhos menores vai acompanhar o irmão. Outra característica deste período é a partida de mulheres solteiras e viúvas, algo que não se verificava anos antes. Neste caso, temos 3 mulheres solteiras, duas com 21 anos e uma com 28. Também encontramos uma viúva de 53 anos. A explicação para a mãe que parte com os filhos e a viúva é uma provável reunificação familiar. As mulheres solteiras também partem com a certeza de terem já algum amparo familiar. A média de idades dos emigrados é de 20,9 anos.

Comparativamente a emigração legal para o Brasil é superior à destinada aos EUA numa fase posterior. Não nos iludamos, os emigrantes que partiam para o Brasil tinham de fazer transbordo em Lisboa, por esse motivo não conseguiam fugir à alfândega. Assim, optavam por seguir pela via legal.

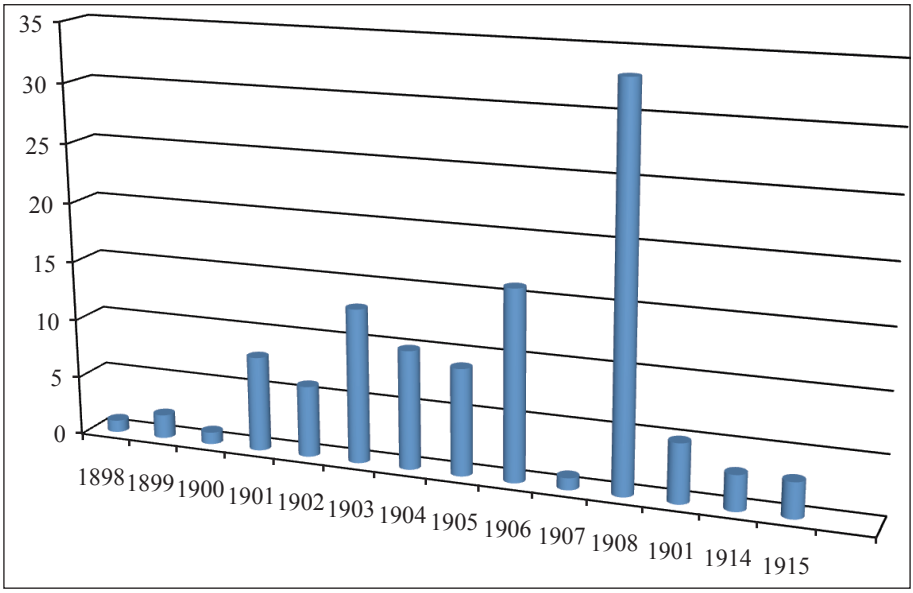
5.2. Emigração para os EUA

Como no ponto anterior continuamos a seguir os dados do Livro de Registo de Passaportes do Governo Civil da Horta, nos anos de 1905 a 1920 (cf. Anexo I); pedidos de desnaturalização feitos à Câmara do Corvo de 1898 a 1915 (cf. Anexo II), bem como, os dados fornecidos pelo recente estudo de Luís Filipe Vieira Gomes sobre o Concelho de Santa Cruz das Flores. A baliza cronológica que nos é dada por esses registos remete-nos para os anos de 1905 a 1920. Analisando os pedidos de desnaturalização existentes nas atas camarárias, com a devida margem de erro, tentando eliminar as repetições dos peticionários a favor de cada um dos seus filhos ou de seus descendentes em favor de si próprios, quando estes já o podem requerer aquando da maior idade ou emancipação por alvará, ficamos com uma estimativa, aproximada, de noventa e cinco corvinos com cidadania americana. Contudo, não nos é possível saber a data da obtenção da naturalização americana dos mesmos. Em todo o caso, constatamos o elevado número de homens que nos últimos trinta a quarenta anos do século XIX e primeiros quinze anos do século XX, obtiveram cidadania americana, permitindo que os seus familiares obtivessem a cidadania americana, prescindindo da portuguesa.

Podendo requerer cidadania americana o cônjuge e os filhos.
Pela Representação de 1905 à Câmara dos Senhores Deputados somos informados do elevado número de corvinos com cidadania americana:

> N'este Concelho de apenas 760 almas, haver já na administração do Concelho o registo de 122 cidadãos Americanos, e que de 10 mancebos que teriam ser inscriptos no recenseamento militar do corrente anno, apenas se haveram apurado dois, um dos quais exempto por motivo d'estudos superiores; e isto porque todos os mais declararam em tempo perante esta Camara que seguiam a nacionalidade de seus pães[74] (cf. Anexo III).

O gráfico demonstra a evolução do número de requerimentos dirigidos à



FONTE: *Atas da Câmara Municipal do Corvo* – Requerimentos à Câmara do Corvo a pedir a desnaturalização portuguesa (1898-1915).

Câmara do Corvo. Num total de 109 pedidos de desnaturalização portuguesa. De forma geral há um aumento dos mesmos até 1906, verificando-se somente um pedido em 1907. O ano de 1908 atinge os 33 requerimentos. Nos três anos seguintes há um grande decréscimo por relação a 1908. Os pedidos de desnaturalização beneficiaram 163 pessoas. Podemos assim

[74] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 19/4/1902 a 29/4/1905, fl. 98v e ss., sessão de 29/5/1905.

constatar o elevado número de corvinos que detinham cidadania americana nos primeiros dois decénios do século XX.

Dos requerimentos apresentados, em 78 o peticionário foi o pai ou mãe, no caso do primeiro já ter falecido. Nos casos em que a mãe faz o pedido, verificam-se 8 requerimentos. Em 31 dos requerimentos, o peticionário foi o próprio beneficiado, sendo que 24 eram homens solteiros de maior idade ou emancipados por alvará. Nos casos de petições feitas por mulheres, encontramos 5, eram mulheres solteiras e duas casadas.

No que respeita aos beneficiários da naturalização, dos 156 casos requeridos por um dos pais, sem contar com os 7 pedidos de mulheres adultas, apenas 4 são do sexo feminino, o que significa que 152 beneficiados com a naturalização americana são do sexo masculino. A média de idades situa-se nos 17 anos. Ressalve-se que em vários casos não é possível identificar a idade ou data de nascimento. Todavia, dados os casos apresentados, as idades são sempre jovens, o que não alteraria de forma significativa esta média.

Ao analisarmos o registo de passaportes, denota-se que a emigração feminina é uma realidade neste período. De 1911 a 1920 partiram do Corvo nove mulheres solteiras, com idades compreendidas entre os 18 e 43 anos, sendo a predominância na faixa etária dos 20 aos 30 anos. O ano de 1912 registou quatro processos, correspondendoa um processo por ano. Partiram três viúvas, duas solitariamente, com 53 e 66 anos, em 1905 e 1920, respetivamente. A terceira viúva, de 55 anos, foi acompanhada com um filho de 12 anos, no ano de 1910.

No que concerne à emigração de jovens solteiros, verificamos catorze processos, distribuídos do seguinte modo: dois em 1911, um em 1912 e onze em 1920, com idades compreendidas entre os 16 e 32 anos.

Para a emigração de famílias temos cinco processos, como é apresentado no quadro seguinte.

Um casal com três filhos menores	1910
Um casal com uma filha de meses	1911
Um casal com quatro filhas	1911
Um casal	1912
Uma mãe com uma filha menor	1911

Também se constata a emigração de homens casados de forma solitária. Em 1906 um homem de 63 anos; em 1912, dois homens com idade de 23 e 33 anos, bem como, em 1920, um homem de 52 anos.

A média de idade dos emigrados para os EUA é de 26,6 anos.

Verifica-se o grande peso dos solteiros, incluindo as mulheres, na emigração, com os casos particulares das

viúvas, que procuram o amparo familiar nas terras de receção.

Ainda no que toca à emigração para os EUA, Luís Filipe Vieira Gomes apresenta-nos mais alguns dados relativos à emigração de Corvinos para a América, no período de 1890 a 1913[75]. Como já mencionámos, o administrador do Concelho de Santa Cruz das Flores tinha a faculdade de emissão de passaportes. Os concelhos vizinhos de Santa Cruz são os mais representados nas estatísticas, isto é, Lajes das Flores e Corvo. Sendo este último o que nos interessa apresentar. Os corvinos representam o segundo maior grupo de emigrantes, com um total de 80. Destes, trinta e cinco eram homens, representando 42,2% do efetivo, dos quais vinte e um solteiros, nove casados e cinco viúvos. Relativamente às mulheres, contabilizam-se quarenta e oito, sendo quarenta solteiras, cinco casadas e três viúvas. Todas têm mais de 14 anos e representam 57,8% do efetivo. Mais uma vez, comprova-se que é o efetivo feminino que ajuda a alimentar a corrente emigratória. No que concerne às mulheres casadas e viúvas, mantém-se a explicação da reunificação familiar.

Conclusão

Este estudo sobre a emigração dos corvinos permitiu-nos conhecer, a partir da documentação oficial, esta realidade que pertence à história de Portugal e dos Açores na qual os corvinos se inserem. Os motivos tinham que ver com as crises frumentárias, que se sucediam com alguma frequência, levando a fomes e doenças que afetavam as populações de mais parcos recursos. A emigração surgia como fuga a estas situações.

Susana Goulart Costa afirma que «*o fenómeno da emigração parece fazer parte do código genético do açoriano*»[76]. O contexto desta afirmação é o falar da emigração açoriana ao longo dos séculos, com fluxos e destinos diferentes ao longo dos tempos.

---

[75] Vieira, Luís Filipe Nóia Gomes, *Concelho de Santa Cruz das Flores (1890-1920) – Entre a estagnação e o progresso.* Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Edição fac-similada, 2012, pp. 164-166. Para a obtenção destes dados o autor consultou o livro de registo *Causas e fins da emigração 1896-1913* existente Arquivo da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e as Relações de embarque de passageiros do Governo Civil da Horta depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta João José da Graça.

[76] Costa, Susana Goulart, *Açores: Nove Ilhas, uma história.* Angra do Heroísmo, Direcção Regional da Cultura, 2008, p. 199.

As fontes deste trabalho foram os Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil da Horta e Atas da Câmara Municipal do Corvo. Podemos afirmar que as fontes são parcas, embora uma análise a alguma documentação existente nos arquivos Norte Americanos pudesse lançar luz sobre este fenómeno, tentaremos perceber a importância do fenómeno.

A atração que os EUA exerceram sobre as gentes do corvo foi muito grande. Havendo uma percentagem significativa de corvinos que por esse país passaram. Contudo, no estado da nossa investigação, ainda não nos é possível determinar o número aproximado de corvinos que emigrou para os EUA. A influência cultural e política foi significativa, que serviu de justificação, aquando da implantação da República, para aceitar o novo regime: «*à permanência mais ou menos longa da quazi totalidade dos habitantes desta ilha na grande republica dos EUA do Norte*»[77].

Numa fase mais recuada os homens emigram sozinhos nas baleeiras, de forma a amealhar algum dinheiro, regressando ao fim de alguns anos. Posteriormente emigram famílias inteiras, sem intenção de regresso. Os que emigram solitariamente podiam ou não regressar. É de frisar a importância das redes familiares e de amizades que acolhiam, permitindo uma melhor facilidade na circulação dos corvinos pelas diferentes áreas geográficas.

O efetivo feminino alimenta a emigração, mas não significa a diminuição da emigração jovem masculina, porque estes tinham mais facilidade em embarcar clandestinamente nos navios e baleeiras, porque a bordo poderiam realizar as tarefas próprias. Para as mulheres era dissuasoro receio de embarcar em navios em que a tripulação eram somente homens e onde o trabalho a realizar era árduo. A emigração significou a fuga a uma vida árdua, em que somente se sobrevivia dia após dia. O sonho de uma vida melhor alimentou muitas vidas, fez que se arriscasse a vida em condições sub-humanas.

Este estudo é a ponta de um novelo que quer ser desenrolado. A emigração dos corvinos, com as suas características próprias está por estudar. Sabemos que é impossível conhecer muita da informação devido à emigração clandestina. Nos Estados Unidos da América poderíamos encontrar informação preciosa que nos permitiria perceber o modo como os corvinos se integravam na comunidade lusa aí presente e esta na comunidade americana; perceber a importância das redes familiares e analisar o movimento de retorno à ilha e as diferentes vagas de emigração nos séculos XIX e XX.

---

[77] Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 29/10/2010 a 28/12/1912, fl. 36, sessão de 21/6/1911.

Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

Arquivo da Câmara Municipal do Corvo

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo 9/6/1868 a 5/2/1880.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 19/8/1890 a 22/6/1890.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 29/6/1890 a 11/12/1892.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 1892 a 1898.

Livro de atas da Câmara Municipal do Corvo de 16/10/1898 a 4/8/1900.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 19/4/1902 a 29/4/1905.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 1905 a 1908.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 1908 a 1910.

Livro de atas da Câmara Municipal do Corvo de 29/10/1910 a 28/12/1912.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 2/1/1913 a 27/12/1913.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 2/1/1914 a 4/6/1917.

Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo de 1/11/1917 a 2/1/1926.

Biblioteca Publica e Arquivo João José da Graça – Horta

Livro n.º 8 de Registo de Passaportes do Governo Civil da Horta.

Livro n.º 9 de Registo de Passaportes do Governo Civil da Horta.

2. Estudos

Bragaglia, Pierluigui, "Maurício António Fraga & C.ª Lda", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8133>.

Bullar, Josefh e Henry, *Um Inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*. Tradução do Inglês por João Hicckling Anglin. 2.ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986.

Costa, Ricardo Madruga da, "A emigração do Faial para os Estados Unidos da América no século xix", in *Galiza e Açores – A rota da América*. Pena, Alberto; Mesquita, Mário e Vicente Paula (Coord.). Lisboa, Fundação Luso Americana, 2002.

—, A *ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no "século Dabney"*. Horta, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores; Observatório do Mar dos Açores; Fábrica da Baleia de Porto Pim, 2012.

Gomes, Francisco, *A Ilha das Flores: da redescoberta à actualidade (subsídios para a sua História)*. Lajes das Flores, Câmara Municipal das lajes das Flores, 1997, p. 207, e documentos n.º 111.

Madeira, Artur Boavida, "Emigração", in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2987>.

MIRANDA, Sacuntala, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930.* Lisboa, Edições Salamandra, 1999.

MEDEIROS, Francisco, "Baleação Americana", in *Enciclopédia Açoriana,* Direção Regional da Cultura, 2000. <URL: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5517>.

POSTIGO, Vásquez de Acuna Marquês Garcia del, *O Corvino Carlos G. Nascimento*. Trad. por Manuel del Pino Morgádez e Vítor Manuel Gomes dos Santos, s/l, DRC, 2004.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, "A emigração na sociedade açoriana: os EUA como destino", in *Galiza e Açores – A rota da América.* PENA, Alberto; MESQUITA, Mário e VICENTE Paula (Coord.). Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2002.

VIEIRA, Luís Filipe Nóia Gomes, *Concelho de Santa Cruz das Flores (1890-1920) – Entre a estagnação e o progresso.* Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Edição fac-similada, 2012.

SARAMAGO, João, "Breve notícia histórica sobre a ilha do Corvo", in *Vila Nova do Corvo – inventário do Património imóvel dos Açores.* Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 2001.

SERRÃO, Joel, "Conspecto histórico da emigração portuguesa", in *Análise Social.* Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Ano 8, n.º32, 1970.

SOARES, Hélio Nuno Santos, *O Corvo e os transportes marítimos – 1832 a 1984.* Trabalho realizado para a disciplina de História das Revoluções, ministrada pelo Doutor Carlos Riley no ano letivo de 2012/13.

—, *Da tosquia das ovelhas às coberturas de cabeça na ilha do Corvo – Açores.* Universidade dos Açores, Trabalho elaborado para a disciplina de Antropologia Cultural dos Açores, ministrada pelo Doutor Rui Martins, ano letivo de 2012/13.

ANEXOS

Anexo I

Emissão de passaporte pelo Governo Civil da Horta

Nome	Ano	Passa-porte	Estado civil	Profissão	Idade	Destino	Navio
Joaquim Lourenço Pimentel	1896	362	casado	agricultor	34	Rio de Janeiro	Açor
Roza de Jesus Coelho	1897	193	solteira	doméstica	28	Chile	Vega (Lisboa)
João Jacintho de Fraga	1899	100	casado	negociante	48	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa
Francisca Jacinta de Fraga	1899	100	casada	doméstica	31	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria Jacintho de Fraga	1899	100	solteira		13	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
(?) Jacintho de Fraga	1899	100	solteira		7	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
João Jacintho de Fraga	1899	100	solteiro		meses	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria Palmira dos Santos Jorge	1900	181	solteira	doméstica	21	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
José Pedro Lourenço	1900	182	solteiro	trabalhador	16	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Joaquim José das Pedras	1900	183	casado	trabalhador	28	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria da Conceição (esposa)	1900	183	casada	doméstica	22	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria das Pedras	1900	183	solteira		1	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria de Jesus Pimentel (irmã)	1900	183	casada		31	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Alfredo (Pimentel)	1900	183	solteiro		7	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
João (Pimentel)	1900	183	solteiro		4	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Camillo Ignácio d'Avellar Junior	1900	253	casado	proprietário	31	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria da Encarnação Nunes (esposa)	1900	253	casada	doméstica	41	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
José Avellar	1900	253	solteiro		11	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria Avellar	1900	253	solteiro		5	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Arthur	1900	253	solteiro		1	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
João Avellar	1900	253	solteiro		meses	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
José Lourenço Nunes (cunhado)	1900	253	solteiro		38	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Izabel Jacinto de Fraga	1902	680	solteira	doméstica	21	Rio de Janeiro	Açor (Lisboa)
Maria Margarida	1905	295	viúva	doméstica	53	E.U.A.	Funchal (S. Miguel)
Manuel Lourenço Benedito	1906	298	casado	trabalhador	63	E.U.A..	
Manuel Ignácio Mendonça Junior	1910	244	casado	proprietário	40	E.U.A.	Madona
Policena Lopes Mendonça (esposa)	1910	244	casada		34	E.U.A.	Madona
Roberto Mendonça	1910	244	solteiro		6	E.U.A.	Madona
Palmira Mendonça	1910	244	solteira		4	E.U.A.	Madona
Eluísa Mendonça	1910	244	solteira		meses	E.U.A.	Madona
Anna da Conceição	1910	508	viúva	doméstica	55	E.U.A.	S. Miguel (S. Miguel)
João de Fraga da Silveira (filho)	1910	508	solteiro		12	E.U.A.	S. Miguel (S. Miguel)
Joaquim Caetano d'Anna	1911	235	casado	proprietário	37	E.U.A.	Funchal
Anna Emília Alves (esposa)	1911	235	casada		33	E.U.A.	Funchal
Sem nome (filha do casal)	1911	235	solteira		meses	E.U.A.	Funchal
Maria Coelho (?) d'Anna	1911	305	solteira	doméstica	29	E.U.A.	Funchal

Nome	Ano	Passa-porte	Estado civil	Profissão	Idade	Destino	Navio
Manuel Pedro Nunes	1911	456	solteiro		9	Brazil	Funchal
Manuel Coelho Patrício	1911	458	casado	trabalhador	65	E.U.A.	Funchal
Maria da Conceição Lopes Patrício (esposa)	1911	458	casada		54	E.U.A.	Funchal
Maria Lopes Patrício	1911	458	solteira		28	E.U.A.	Funchal
Aurora Lopes Patrício	1911	458	solteira		20	E.U.A.	Funchal
Vitória Lopes Patrício	1911	458	solteira		16	E.U.A.	Funchal
Alice Lopes Patrício	1911	458	solteira		13	E.U.A.	Funchal
Joaquim Rodrigues Marecheiro (?)	1911	468	solteiro	trabalhador	32	E.U.A.	Funchal
Jacomo Valadão Baptista	1911	647	solteiro	trabalhador	18	E.U.A.	Germania
Mariana Jacinta das Pedras	1912	17	solteira	doméstica	18	E.U.A.	Funchal
Anna Júlia de Fraga	1912	170	solteira		25	E.U.A.	Funchal
José Lourenço Nunes	1912	175	casado	carpinteiro	23	E.U.A.	Funchal
Manuel Jacintto de Fraga	1912	184	casado	agricultor	33	E.U.A.	Funchal
Manuel Augusto Bicho	1912	205	casado	trabalhador	32	E.U.A.	Roma
Rita Thomasia d'Avelar (esposa)	1912	205	casada		28	E.U.A.	Roma
Conceição Brísida	1912	381	solteira	doméstica	20	E.U.A.	Funchal
Aurea Rita Esculástica	1912	448	solteira	doméstica	21	E.U.A.	Funchal
João Caetano Vieira	1912	620	solteiro	trabalhador	21	E.U.A.	S. Miguel
Maria Augusta Gomes	1913	206	casada	doméstica	37	E.U.A.	Funchal
Firmina Gomes (filha)	1913	206	solteira		5	E.U.A.	Funchal
Victória Thomaz Eugenio	1914	230	casada	doméstica	28	E.U.A.	Funchal
Carolina do Espírito Santo Patrício	1914	288	casada	doméstica	27	E.U.A.	Germania
Anna Augusta Mendes	1915	251	solteira	doméstica	30	E.U.A.	Britania
Conceição Fraga Santos	1916	327	solteira	doméstica	23	E.U.A.	Roma
António Ângelo d'Avelar	1917	9	solteiro	estudante	13	Chile	Funchal
António Lourenço Nunes	1920	42	solteiro	trabalhador	16	Brazil	Funchal
Maria Helena Avelar	1920	894	solteira	doméstica	20	E.U.A.	San Miguel
Emília Roza	1920	901	solteira	doméstica	43	E.U.A.	Roma
Urbano Lourenço Valentim	1920	904	solteiro	agricultor	19	E.U.A.	Roma
António Vicente Rocha	1920	918	solteiro	agricultor	20	E.U.A.	Roma
José Valadão Pimentel	1920	937	solteiro	agricultor	19	E.U.A.	Roma
António Valadão Batista	1920	949	solteiro	agricultor	23	E.U.A.	Roma
Daniel Valadão Batista	1920	950	solteiro	agricultor	20	E.U.A.	Roma
Agostinho de Fraga	1920	951	solteiro	agricultor	24	E.U.A.	Roma
José de Fraga Alferes	1920	952	solteiro	agricultor	21	E.U.A.	Roma
Camilo da Costa	1920	1000	solteiro	agricultor	19	E.U.A.	Roma
Manuel Joaquim de Avelar Junior	1920	1012	casado	agricultor	52	E.U.A.	Roma
Ana Rita da Silveira	1920	1114	viúva	doméstica	66	E.U.A.	Roma
António Coelho Mendes	1920	1156	solteiro	trabalhador		E.U.A.	Roma
José Jacinto do Amaral	1920	1304	solteiro	estudante	17	E.U.A.	Britania
Média de idades					**17**		

Anexo II

Pedidos de desnaturalização dirigidos à Câmara Municipal do Corvo (1898-1915)

Requerente	Filiação	Beneficiário(s)	Sessão de Câmara	Idade dos beneficiários	Data de nascimento
Luiz José d'Avelar		Manoel	28/8/1898	18	2/1/1880
João Jacinto de Fraga		João	11/3/1899		
João Lourenço Innocencio		Manoel	13/5/1899	14	
António Silva		três filhos	11-08-1900		
Manuel de Fraga Estácio Greves		Manoel			12/7/1881
Manuel Baptista Lopes Senior		António	09-03-1901	18	
Manoel Rodrigues Marcelino		José	15 de Junho de 1901	20	
Manoel Thomé do Nascimento	Thomé do Nascimento	o próprio	10 de agosto de 1901	18	
Thomaz Francisco Eugénio	Manoel Thomaz Eugénio	o próprio	19 de outubro de 1901	19	
Manoel Hilário	José Francisco Hilário	o próprio	16 de novembro de 1901	19	
Joaquim Pedro Nunes junior	Joaquim Pedro Nunes	o próprio	7 de dezembro de 1901	19	
Francisco Ignácio de Fraga		Francisco	21 de dezembro de 1901	19	
João Valadão do Rozario		Manoel	21 de dezembro de 1901	19	
Francisco Jerónimo d'Avellar		Camillo	24 de maio de 1902	16	
Manoel Thomaz Eugénio Junior	Manoel Thomaz Eugénio	o próprio	6 de setembro de 1902	19	
José Francisco Mendes	Manoel Francisco Mendes	o próprio	15 de novembro de 1902		
Manoel José de Souza		António	15 de novembro de 1902	18	
Francisco Coelho de Rita		José	15 de novembro de 1902	18	
Manoel Lourenço Valentim		João	13 de novembro de 1902	19	
Francisco Ignácio das Pedras		João	7 de fevereiro de 1903	18	
Manoel Francisco Santos		Manuel, Maria e José	28 de fevereiro de 1903	12, 11 e 5	
Francisca Jacinta de Fraga	Manoel Francisco Santos (marido)	a própria	28 de fevereiro de 1903		
Manoel Luiz André Junior		José	14 de março de 1903,	17	
Mariana Jacinta Machado	Manoel Luiz André Junior	a própria	14 de março de 1903,	25	
Manoel Jacinto Trindade		Francisco	25 de abril de 1903	18	
Carlos Lourenço Jorge		Manoel	18 de julho de 1903	18	

Requerente	Filiação	Beneficiário(s)	Sessão de Câmara	Idade dos beneficiários	Data de nascimento
António Coelho Patrício		António	22 de agosto de 1903	17	
José Lourenço Valentim	José Lourenço Valentim	o próprio	26 de setembro de 1903		
João Coelho de Ângelo		António	3 de outubro de 1903	18	
Francisco do Nascimento		Manoel	10 de outubro de 1903	17	
José Furtado	Manoel José Furtado	o próprio	24 de outubro de 1903		
João Lourenço Brigida		Manoel	31 de outubro de 1903	18	
João Valadão do Rozario		Filha	19 de março de 1904	20	
Roza d' Ascensão das Pedras	Francisco Ignácio das Pedras	a própria	19 de março de 1904	26	
João Lourenço Brigida		Maria	19 de março de 1904	18	
Mariana Ascensão das Pedras	Francisco Ignácio das Pedras	a própria	26 de Março de 1904	21	
Caetano José d'Avellar		António	30 de abril de 1904	18	
Manoel Jacinto Trindade		Manoel	11 de junho de 1904	18	
Manoel Valadão Braz	José Valladão Braz	o próprio	20 de agosto de 1904		
Manoel Nunnes Canoca Júnior	Manoel NunnesCannoca	o próprio	20 de agosto de 1904		
Maria Margarida da Encarnação (do Adro e viúva)	Manoel Rodrigues Marcelino	Manoel	20 de agosto de 1904	18	
Emília Jorge	António Lourenço Jorge Junior	Emília	20 de agosto de 1904	23	
Maria Margarida da Encarnação (do Adro e viúva)	Manoel Rodrigues Domingos	Guilherme	8 de abril de 1905	18	
Manoel Lourenço de Freitas		António	22 de abril de 1905	18	
Joaquim Lourenço de Freitas		Manoel	22 de abril de 1905	17	
Manoel Luiz André Junior		Maria	6 de maio de 1905	16	
13 de maio de 1905		Manoel	13 de maio de 1905		
José Thomaz d' Avellar	Manoel Thomaz d'Avellar	o próprio	3 de junho de 1905	18	
Cecília Thomazia	Manoel Thomaz d' Avellar	a própria	3 de junho de 1905	20	
Manoel Valladão Baptista Junior	Manoel Valladão Batista	o próprio	29 de julho de 1905		
José NunnesCannoca	Manoel Nunes Carroça junior	o próprio	23 de setembro de 1905		
João Lourenço Brigida		José	3 de março de 1906	18	
Marianna Rosa Souza	Manoel José de Souza	a própria	24 de março de 1906	26	
José de Fraga Estácio		José	21 de abril de 1906	18	

Requerente	Filiação	Beneficiário(s)	Sessão de Câmara	Idade dos beneficiários	Data de nascimento
Maria Margarida da Encarnação (do Adro e viúva)	Manoel Rodrigues Domingos	João	19 de maio de 1906	18	
Izabel Agueda da Encarnação (viúva)	João Coelho Vicente	Caetano	2 de junho de 1906	16	
Francisco Coelho Arião (*sic*)		José	9 de junho de 1906	16	
Francisco Coelho de Rita		António	9 de junho de 1906	18	
Ignácio Luiz André		José	23 de junho de 1906	17	
Severino Rodrigues		António	23 de junho de 1906	17	
António Pimentel Cepo		Manoel	30 de junho de 1906	17	
João Coelho de Angelo		José	30 de junho de 1906	18	
Braz Valladão do Rego	José Valladão Braz	o próprio	14 de Julho de 1906		
Manoel José Furtado Junior	Manoel José Furtado	o próprio	21 de julho de 1906		
José Caetano	António Caetano	o próprio	4 de agosto de 1906		
Anna de Jesus Escolástica (viúva)	João Valladão Braz	João	25 de agosto de 1906	15	
José Valladão Baptista	Manoel Valladão Batista	o próprio	17 de novembro de 1906		
Francisco Ignácio das Pedras		Jacinta	11 de maio de 1907	21	
Albano do Nacimento	Thomé do Nascimento	o próprio	28 de março de 1908	18	
Maria Margarida da Encarnação (do Adro e viúva)	Manoel Rodrigues Domingos	António, Pedro e Gregório	28 de março de 1908		1889, 1890 e 1893
Manoel Severino Jorge	António Lourenço Jorge Junior	o próprio	28 de março de 1908	18	
João Valladão Baptista	Manoel Valladão Baptista	o próprio	28 de março de 1908		
Manoel Lourenço de Freitas		José	30 de maio de 1908	17	
António Pedro Alves		João	4 de junho de 1908	15	
Manoel Pedro Felicidade		Germano e Pedro	25 de Julho de 1908		1890 e 1894
Francisco Mendonça Machado		António e João	25 de Julho de 1908		1892 e 1895
Francisco Ignácio das Pedras		Francisco	25 de Julho de 1908	14	1894
António Coelho Patrício		José	25 de Julho de 1908	14	1894
José Jerónymo d'Avellar		José, João, e António	25 de Julho de 1908		1898, 1902 e 1907
Aurora de Jesus Escolástica (viúva)		José	25 de Julho de 1908	17	1891
Francisco Coelho d'Angelo		António e José	1 de agosto de 1908		1903 e 1905

Requerente	Filiação	Beneficiário(s)	Sessão de Câmara	Idade dos beneficiários	Data de nascimento
José Lourenço Jorge		Manoel, Leonel e José	1 de agosto de 1908		1895, 1896 e 1901
António Pimentel Cepo		José, António, Jeronymo, Camillo e Roberto	1 de agosto de 1908		1891, 1900, 1904, 1905 e 1907
Manoel Joaquim d' Avellar		José, Ernesto, António, Camillo	8 de agosto de 1908		1896, 1897, 1900 e 1907
João Coelho de Fraga		Manoel	8 de agosto de 1908	9	1899
Anacleto Ignácio		António e José	8 de agosto de 1908		
Manuel António Fernandes		Celestino	8 de agosto de 1908	4	1904
Manoel Coelho Mendes		José, António, Manoel, Joaquim e João	8 de agosto de 1908		1892, 1896, 1901, 1903 e 1905
José Mendonça d' Ignez		Justino	8 de agosto de 1908	6	1902
Braz Jacinto de Fraga		Manoel, José e António	8 de agosto de 1908		1891, 1903 e 1894
Manoel Ignácio de Fraga		José, António, Manoel, Julio e Jayme	8 de agosto de 1908		1894, 1896, 1898, 1899 e 1905
Manoel de Fraga Nunes		Manoel, António e José	8 de agosto de 1908		1901, 1902 e 1904
Joaquim Lourenço de Freitas		José e Joaquim	8 de agosto de 1908		1898 e 1900
José de Fraga Estácio		Alfredo e António	8 de agosto de 1908		1897 e 1904
Manuel Nunes Canoca		Agostinho	8 de agosto de 1908	5	1903
António José d'Rocha		António, João e José	8 de agosto de 1908		1899, 1902 e 1904
Guilherme Rodrigues		José, Joaquim, António e João	15 de agosto de 1908		1896, 1898, 1903 e 1906
Manoel Pimentel Cepo		José, António, Manoel e João	15 de agosto de 1908		1894, 1898, 1905, 1906
João Lourenço Saramago		José, Manoel, Ignacio, António e João,	15 de agosto de 1908		1899, 1900, 1905, 1906, 1908
Manoel Francisco Mendes Junior	Manoel Francisco Mendes	o próprio	15 de agosto de 1908	18	
José Francisco d'Avellar		António d'Angelo d'Avellar	5 de setembro de 1908	5	1903
Anna da Conceição de Fraga (casada)	Francisco Ignácio de Fraga Junior (marido)	a própria	1 de julho de 1911		
José Valladão do Rego		João, António, José, Manoel, Agostinho e Joaquim	1 de julho de 1911		1892, 1894, 1898, 1902, 1903 e 1905
Manoel d' Aujola	Francisco Coelho d'Aujola	o próprio	3 de Maio de 1913		
José d'Avellar		António d'Aujola Avellar	19 de maio de 1913	10	1903
Maria Margarida da Encarnação (viúva)	João Lourenço Brígida (marido)	António, Pedro e Joaquim	12 de julho de 1913		1897, 1900 e 1903
Joaquim Valladão d'Anna		Joaquim	1 de abril de 1914	13	1901
António Nunnes Canoca	Manoel Nunnes Canoca Junior	o próprio	2 de novembro de 1914		
António Tomaz Eugénio	Manoel Tomaz Eugénio	o próprio	1 de abril de 1915		

Anexo III

Transcrição de Representação à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa sobre a emigração e o serviço militar

***Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo* de 19/4/1902 a 29/4/1905, fl. 98v e ss, sessão de 29/5/1905**

Senhores Deputados da Nação Portuguesa.

Se no seio da Representação Nacional unicamente houvesse de ser ouvida a voz dos sábios, dos ricos e dos poderosos, tornava-se inútil erra representação, pois no antigo systema também aquelles eram atendidos. Havei pois por bem Senhores! Conceder um momento de atenção á mais humilde das corporações municipais de todo o Reino, que, apezar da usa humildade, deseja também, fazer ouvir seus clamores, no concerto de voses que sobre o assumpto se vos devem ter dirigido.

Senhores! Pelas mui dignas Vereações das Camaras dos Concelhos das Velas e Calheta na ilha de S. Jorge, foi solicitada a atenção desta municipalidade para um assumpto d'esta importância, não só Açoriano mas até mesmo Nacional; a emigração com suas couzas e seus efeitos. Ora é enegável que a emigração Açoreana é excessiva, e é igualmente inegável que, apezar de todos os meios até agora empregados para a reprimir, ella recrudesse e augmenta cada vez mais. Não há, nem haverá nunca policia suficiente nem com bastante vigilância, para obstar á emigração clandestina, porque como muito bem diz a Dignissima Municipalidade Velense, cada pedra das nossas costas é um caes d'embarque a facilitar esta emigração. Mas Senhores! mesmo que por este lado fosse possível tolher a emigração, outra porta se lhe abre e franqueria, e esta sem encomodo ou risco de espécie alguma. Consiste isso pura e simplesmente, na renuncia dos foros de cidadão portuguez, a troco d'uma naturalização estrangeira; e ahi está tudo conseguido.

Até não há muito anos, mesmo que algum dos nossos compatriotas, se naturalizasse cidadão dos Estados Unidos d'América para onde se dirige a maior força da corrente da nossa emigração, era levado a isso por conveniência do paiz da residência, e, no regresso á pátria, sem já se lembrava dessa phase da sua vida. Entrava na terra natal, como verdadeiro filho d'ella, não quando até que se soubesse, que, mesmo por justas conveniências, havia fingido esquecella. Hoje porem sucede inteiramente ao contrário. Quasi não regressa aos

lares pátrios um único Açoreano, que não venha engalanado com as estrella da União, e protegido pelas azas da Aguia de seus sellos. Para termos disso a certeza é bastante contemplal-as no acto de desembarque, e ver que, em quanto o braço esquerdo sustenta o classico grosso sobretudo, o direito ostenta na mão altiva, a carta de naturalização, que para muitos é synonimo de não poder ser perseguido por motivos de serviço militar, a que não satisfizeram, e para todos é um meios de exentar desse serviço seus filhos, nascidos ou nascituros, e fazel-os sair d'estas plagas (*sic*) sempre que o desejem e queiram; e até de raim (*sic*) com eles, sem mesmo se ver forçados aos encommados (*sic*) de passaporte. A emigração dos filhos dos Açores para os Estados Unidos da América, e ali naturalizados Cidadãos dquelle paiz, torna pois inútil toda a repressão de emigração, torna igualmente errisorio o vigor das leis militares, despovoa estas ilhas, e prepara-nos num futuro talvez não muito remoto a anexação do archipellago, á bandeira estrelada; facto que dificilmente se poderá evitar: quando todos ou quazi todos os habitantes d'estas ilhas forem súbditos dos Estados Unidos da América. E isto, Senhores! levará tanto menos tempo, quanto não só os repatriados voltem cidadãos Americanos, mas até muitos outros vão aos Estados Unidos, só co o fim de arranjar o tal papelinho, que mais tarde lhes permite mandar para ali seus filhos, sem que as authoridades portuguezas quer administrativas, quer miliates, tenham nisso quesulerin. Adhere pois esta Municipalidade á representação que a Mui Digna Municipalidade de Velhensa faz subir ao seio da Representação Nacional e d'acordo com ella e com quantos relativamente ao assumpto, se fizeram ouvir perante os Dignos Representantes da Nação, vem rogar-lhes se sirvam modificar a legislação actual, relativa a este assumpto, de modo e por forma que não seja coarctada a liberdade do cidadão portuguez. Que todo e qualquer portuguez, ou pelo menos Açoreano, possa sair da pátria quando assim lhe convier e voltar a ella quando assim lhe fizer conta, sem que tenham por isso de ser por qualquer forma perseguidos. Alevie-se para esse fim o tributo de sangue, já relativamente á forma porque deve ser satisfeito, já relativamente ao tempo da sua duração já relativamente ao preço da remissão, que deve ser baixada, e posta ao nível de todas as bolças.

Senhores! Parecenos incontestável que modificado neste sentido a legislação actual, será muito e muita a emigração; porque o povo, eterna creança que teima em fazer o que lhe prohibem, deixará de encontrar no obstando e estimado a sahida dos lares pátrios. A felicidade de satisfazer ao tributo de sangue, e a modicidade (*sic*) do preço da remissão do serviço militar, acabará com a

emigração clandestina, cujos riscos já não convirá correr, e até acabará por seu turno com as naturalizações estrangeiras, pois não convirá perder os direitos de cidadão portuguez, só por motivo de evadir-se a um pequeno sacrifício. Muitos dos nossos irmãos que se conservam longe do torrão natal, não duvidarão voltar a elle porque já não correm risco de ser perseguidos; e os que de futuro forem emigrando conservarão a esperança do regresso num futuro mais ou menos próximo. Assim se evitará a despovoação destas ilhas: o decrescimento de suas industrias; o descultivo de suas oberrimos terrenos; cuja desvalorização já muito e muito se nota; o empobrecimento geral de quantos aqui forem ficando; e mais que tudo a perda destas perdas Açoreanas que hoje ornamentam o Deadema Portuguez, e que estão em risco de, num futuro não muit remoto, ver hastear nos torreões das suas briosas fortalezas, em vez do Glorioso Pendão das Quinas, estandarte estrella riscado dos Estados Unidos d'América.

Senhores! Os recursos jurídicos de scientificos dos humildes agricultores que compõe esta vereação, não lhes permitem explanar-se mais. Outras Municipalidades, mais á altura do assumpto, pela sua ilustração e conhecimentos jurídicos, farão notar aos Dignos Deputados da nação Portugueza, o modo e a forma porque a respectiva legislação deverá ser modificada. Esta corporação limita-se a reconhecer a justiça da Causa, e a chamar para ella a atenção da Representação Nacional. Em prova de suas asserções aduzirá o facto de n'este Concelho de apenas 760 almas, haver já na administração do Concelho o registo de 122 cidadãos Americanos, e que de 10 mancebos que teriam ser inscriptos no recenseamento militar do corrente anno, apenas se haveram apurado dois, um dos quais exempto por motivo d'estudos superiores; e isto porque todos os mais declararam em tempo perante esta Camara que seguiam a nacionalidade de seus pães.

Já hoje se nota que neste Concelho, só é cidadão portuguez algum velho a quem a morte tardia vae deixando arrastar e alquebrado corpo pela superfície da terra, e termos certeza de que, em breve não só para comporem todas as corporações atuaes, mas nem memso para a Junta de Parochia, quando todas as outras tenham sido suprimidas; se de prompto se não acudir com remedio eficaz a essa torrente de desnaturalização portugueza. Profundamente magrados pelos motivos que deixamos ponderados, não podem recusar-nos, apesar da nossa humildade, a unir nossa débil vos ao concerto do Municipios Açoreanos; e a reclamar dos Mui Dignos Representantes da Nação prompeto e eficaz remedio aos males que nos opprimem.

Anexo IV

Transcrição de Representação da Câmara do Corvo ao Ministro da Guerra sobre o serviço militar

***Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo* de 29/10/2010 a 28/12/1912, fl. 10v e ss., sessão de 24/12/1010**

Ex.mo Ministro da Guerra
Tendo divulgado a imprensa que o Governo da república vai decretar acertada e justiceiramente o serviço militar individualmente obrigatório sem remissão ou substituição, não pouco tem preocupado tal notícia o pacato povo d'esteilheo do Corvo. Afastado do convívio social e reduzido exclusivamente ao amanho de suas terras e culturas de suas searas; teem uma repugnância, diremos melhor, teem um horror tal ao serviço militar, que, apesar da alegria com que receberam a noticia da Implantação da República e da confiança com que d'Esta esperamos benefícios que até hoje lhes teem negado os governantes transactos, quasi desfalhecem ao imaginar que seus filhos terão de ir aguardar em um quartel militar, o toque do clarim para marchar ás horrorosas inventualidades de uma guerra. Ora isto, Ex.mo Ministro, é uma consequência do desolador descuramento em que estava o povo, porque infelizmente não são só os corvinos que teem este horror á vida militar. O nosso povo é profundamente patriota mais por instincto e ativismo que por educação.
Em vista pois, da consternação popular deste Concelho esta Comissão deliberou vir secundar o alvitre da Illustre Comissão Municipal da Calheta de San Jorge pedindo respeitosamente que se estabeleça em cada Villa do Archipelago a primeira instrução militar pelo modo que melhor pareça ao Governo, de forma aos recrutas apenas terem que recolher alguns mezes á sede da Guarnição para completar a aprendizagem que n'ellas se poder saber.
Sendo assim, julga esta Comissão se obviaria eficazmente a assustadora corrente de emigração que agora ameaça engrossar mais, não se trariam tantos braços á industria e agricultura e evita-se-hia o anceio das famílias, porque seria não só um meio fácil d'insdustria os recrutas, mas ainda o que é d'um grande alcance, faz-se-hia a educação do povo.